



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Trabalhando em defesa do servidor

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2012, *na sede do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE/TO, situado na Av. LO – I, Quadra 103 Sul, Lt-16, centro, Palmas/TO*, conforme Edital de convocação publicado no Diário Oficial de Nº 3.591, página 158, Ano XXIV, Estado do Tocantins, terça-feira, 20 de março de 2012. Às 14h30min, deu-se início à primeira convocação, sendo que, por falta de quórum, foi suspensa a Assembleia Geral Ordinária por aproximadamente 30min, conforme determina o Estatuto da Entidade. Às 15h, procedeu-se nova chamada. Com o número legal, iniciou-se a Assembleia Geral Ordinária, a fim de se deliberar a ordem do dia como segue a pauta: **1- APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO EXERCÍCIO 2011; 2 – DEMAIS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CATEGORIA.** O senhor Presidente iniciou a Assembleia Geral cumprimentando os presentes e dando boas vindas a todos. Em seguida, o Presidente do Conselho Fiscal passou a palavra ao Vice-Presidente do Conselho, Tiago Costa França, para apresentação do slide da prestação de contas do exercício 2011: **EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – 2008 = R\$ 730.000,00; 2009 = R\$ 947.175,00; 2010 = R\$ 1.416.700,00; 2011 = R\$ 3.137.881,00 e 2012 = R\$ 4.439.210,60. **EVOLUÇÃO DE FILIADOS** – 2006 = 200; 2007 = 350; 2008 = 440; 2009 = 3250; 2010 = 5462 e 2011 = 5836. **EVOLUÇÃO DO ATIVO** – 2006 = R\$ 176.052,33; 2007 = R\$ 172.143,36; 2008 = R\$ 603.459,83; 2009 = R\$ 1.024.075,48; 2010 = R\$ 2.296.496,17 e 2011 = R\$ 3.205.257,02. **EVOLUÇÃO DOS BENS ATIVOS PERMANENTE** – 2006 = R\$ 220.799,69; 2007 = R\$ 229.894,69; 2008 = R\$ 378.273,09; 2009 = R\$ 512.702,33; 2010 = R\$ 1.201.659,43 e 2011 = R\$ 1.675.048,57. **RECEITAS OPERACIONAIS** – R\$ 2.436.023,19. **DESPESAS OPERACIONAIS** – R\$ 1.601.171,23. **RECEITAS NÃO OPERACIONAIS** – R\$ 13.165,90. **DESPESAS NÃO OPERACIONAIS** – R\$ 7.229,89. **RESULTADO** – R\$ 840.787,97. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** – R\$ 840.787,97. **TOTAL DO ATIVO** – R\$ 3.205.257,02. **ATIVO CIRCULANTE** – R\$ 1.530.208,45. **DISPONIBILIDADES EM 31/12/2011** – R\$ 1.530.208,45. **BANCOS/CONTAS CORRENTES** – R\$ 4.422,65. **BANCO DO BRASIL – SALDO CONTA CORRENTE** – R\$ 479,55. **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – SALDO CONTA CORRENTE** – R\$ 1.679,59. **SICREDI – SALDO CONTA CORRENTE** – R\$ 2.263,51. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS** – R\$ 1.525.785,80. **SICREDI APLICAÇÃO FINANCEIRA** – R\$ 1.354.014,20. **BANCO DO BRASIL APLICAÇÃO FINANCEIRA** – R\$ 171.771,60. **ATIVO NÃO CIRCULANTE** – R\$ 1.675.048,57. **INVESTIMENTOS** – R\$ 492.439,65. **IMOBILIZADO** – R\$ 1.182.608,92. **DEPRECIACÃO** – R\$ 206.847,04. **TOTAL DO PASSIVO** – R\$ 3.205.257,02. **PASSIVO CIRCULANTE EM 31/12/2011** – R\$ 57.776,24. **PATRIMÔNIO SOCIAL** – R\$ 3.147.480,78. **PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2011** – R\$ 3.147.480,78. Terminada a apresentação pelo Vice-Presidente do Conselho Fiscal, o Presidente deu prosseguimento à Assembleia Geral lendo o parecer do Conselho Fiscal, aprovando as contas da Diretoria Executiva. Em seguida, o Presidente do Conselho Fiscal abriu a palavra aos filiados presentes, a fim de sanar eventuais dúvidas sobre a apresentação. Assim, o Filiado José Agnado, do Naturatins, solicitou ao Presidente do Conselho Fiscal que fosse mais detalhista em

*CRTDPT-Palmas 19/07/12 P-4338 Pág. 001/011



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Trabalhando em defesa do servidor

relação às contas apresentada no item *despesas operacionais*. O Presidente do Conselho Fiscal transferiu a palavra ao Diretor Financeiro, Samuel Antônio Basso, que esclareceu ao filiado que, assim como ocorre todos os anos, inicialmente é feita uma apresentação das contas sintéticas da prestação de contas, a fim de não locar muito tempo da Assembleia Geral. Ressaltou que todas as contas analíticas estão à disposição dos filiados na diretoria financeira, tendo em vista tratar-se de um relatório extenso, sendo o mesmo verificado mensalmente pelo Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal analisa minuciosamente, mensalmente, cada uma das contas. Em seguida, o Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao filiado, José Agnado, que, se persistir alguma dúvida, o Conselho Fiscal tem quinze dias para respondê-las, com a maior clareza, deste que o filiado solicite por escrito junto a Secretaria do SISEPE, conforme reza o estatuto. O referido filiado colocou que não precisaria verificar a analítica e sim a sintética, com as despensas, por exemplo, como aluguel, com funcionários e com tudo o que foi gasto. O Presidente do Conselho Fiscal informou que não vê dificuldade em fazer o relatório, pois tem esses dados mensais. Entretanto, naquele momento não haveria como informar, pois tem que se somar todos os meses. O Presidente do Conselho Fiscal sugeriu que, diante de tais indagações dos filiados, na próxima Assembleia Geral sejam apresentadas todas as informações detalhadamente. O filiado Marley, da Adapec de Pedro Afonso/TO, se manifestou concordando com o filiado José Agnado, sobre a falta de detalhes na hora da apresentação, sugerindo que referidas contas fossem disponibilizadas no site do SISEPE, a fim de que todo filiado possa acompanhar mês a mês. Então, o Presidente do Conselho Fiscal informou que é possível atendê-los. Em seguida, o Diretor Financeiro, Samuel Antônio Basso, repassou que já está disponibilizada no site a prestação anual, sendo que inclusive que já se está sendo estudada a possibilidade da criação de um portal, “portal da transparência”, on-line, contudo isso gera custos e demanda tempo. Salientou que não se pode dizer que não dá para aprovar a prestação anual porque não sabe quanto gastou mês a mês, pois o que está para ser aprovado na presente Assembleia já é um parecer do Conselho Fiscal. São eles que, designados pelos filiados, através do voto, que estão reunidos todo mês, auditando as contas e conferido os relatórios. Ressaltou mais uma vez que a presente Assembleia é para se aprovar ou não o parecer do Conselho Fiscal. A filiada Rosinalva, aprova a sugestão de que as despensas mensais sejam colocadas no site, a fim de que o filiado possa consultá-las para a próxima Assembleia, ficando tudo mais claro na hora da votação, até porque não dá para aprovar uma prestação de contas de um conselho que votei em estar aqui. Mais uma vez o Presidente do Conselho Fiscal informou que não vê dificuldades em disponibilizar as prestações de contas no site. A filiada Ana Cibele sugeriu que se colocasse em votação a criação do “portal da transparência”. Entretanto, o Presidente do Conselho Fiscal esclareceu à mesma que não precisava ser levada a votação da criação de referido portal, uma vez que o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva entende tratar-se de uma necessidade do sindicato. Em relação à prestação mensal estar disponível, esclareceu ao filiado José Agnado que qualquer filiado poderá solicitá-la por escrito, sendo que no máximo em quinze dias receberão todas as informações de mister. O filiado Marley, da Adapec, sugeriu que se contratasse uma auditoria externa para apreciar as contas já aprovadas pelo Conselho Fiscal. Então, o Dr. Rogério, Assessor Jurídico, esclareceu que referida auditoria não tinha previsão Estatutária, até porque não há fundamento técnico para tanto. A filiada Ana Cibele, solicitou que ao final de cada Assembleia fosse disponibilizada uma cópia da ata, tendo em vista que na Assembleia passada solicitou uma alteração, entretanto recebeu um parecer jurídico informando que não havia como alterar a ata naquele momento. O Dr. Rogério assessor jurídico esclareceu à filiada que todas as Assembleias são gravadas, sendo

CRIMJUV - Palmas, 19/07/12 P-41338 Pag. 002/011

Cleiton Lima Pinheiro
Presidente do SISEPE-TO

SISEPE-TO

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Trabalhando em defesa do servidor

que o Diretor Geral é responsável por referida gravação. Esclareceu ainda que ao finalizar a Assembleia, referido Diretor passa a redigir a ata e reduzi-la a termo, já que o mesmo também participa da Assembleia, não tendo como fazer duas coisas ao mesmo tempo. O Diretor Geral, Marcos Roberto Santos, esclareceu a todos que a parte solicitada pela filiada Ana Cibele que fosse transcrita já se encontrava na referida ata. O Presidente da Diretoria Executiva, Cleiton Lima Pinheiro, ressaltou mais uma vez que a Assembleia Geral foi convocada para uma finalidade e está tomado rumo diverso. Assim, o Presidente da Diretoria Executiva solicitou ao Conselho Fiscal que chamasse a ordem a presente Assembleia, colocando em votação o que estava sendo discutido de competência do Conselho Fiscal, reafirmando que questão de ata é um ato da Diretoria Executiva e deve ser discutido em outra esfera, em outra oportunidade. Em seguida, o filiado José Agnado sugeriu que se adiasse, por 15 dias, a Assembleia Geral. A Diretora de Comunicação, Albânia Celi, ressaltou que na abertura da Assembleia o Presidente do Conselho Fiscal passou os slides, sendo sanadas as eventuais dúvidas no decorrer da apresentação, razão pela qual uma auditoria externa não faria sentido, uma vez que não se tem contas bancárias negativas. Em segundo lugar, não via o porquê de se adiar uma Assembleia, percebendo um superávit. Que poderia até votar a favor de uma nova Assembleia, caso as contas estivessem com saldo negativo. O Filiado Veloso, esclareceu que sugeriu o adiamento da Assembleia não contestando o Conselho Fiscal, e sim porque, como foi colocado no início da apresentação, demandaria muito tempo a análise de todas as tabelas. O Presidente do Conselho Fiscal esclareceu que se tem todo um processo para se convocar uma nova Assembleia. Esclareceu que fora isso não há necessidade de uma nova Assembleia, a aprovação ou não da prestação de contas é com os filiados. Entretanto não admitiria a afirmação de que o Conselho Fiscal é incompetente. O Assessor Jurídico, Dr. Rogério, esclareceu que, conforme consta no Estatuto, cabe ao Conselho Fiscal dar o parecer das contas da Diretoria Executiva, sendo que, com o parecer, cabe à Assembleia aprová-lo ou não. O Presidente da Diretoria Executiva, Cleiton Lima Pinheiro, ressaltou que a discussão está girando em torno de 3 a 4 filiados. O filiado José Agnado, colocou que os outros colegas filiados são leigos, sendo que não entendera nada da apresentação. O Presidente da Diretoria Executiva, Cleiton Lima Pinheiro, ressaltou que o filiado José Agnado, estava chamado os colegas de ignorantes em relação à prestação de contas e estava criando uma situação de constrangimento para os colegas. O Presidente da Diretoria Executiva, Cleiton Lima Pinheiro, esclareceu que o único Sindicato que disponibiliza sua prestação de contas no site é o SISEPE, sendo que os demais Presidentes, presentes na Assembleia, pressionaram a pessoa do Presidente, anteriormente, para se retirá-la do site. Informou que, dúvida como o colega colocou, sendo Presidente do Conselho Fiscal, se sentiria mal. Frisou que o colega se levantou e disse que o Conselho Fiscal não tinha competência para analisar as costas de acordo com determina o Estatuto mensalmente e, ainda, precisaria ser ratificado por uma auditoria externa. Ressaltou que o Conselho Fiscal tem que ter uma postura firme com relação à prestação de contas e, caso advenha dúvidas por parte de filiado que este procure a secretaria do Sindicato e requeira ao Conselho Fiscal os esclarecimentos necessários, até mesmo ao Presidente do Sindicato, se for o caso. Levantar suposições, questionamentos e descredenciando um Conselho Fiscal, o qual foi eleito para tal delegação é coisa pequena para se questionarem uma Assembleia Geral. Com isso, sugeriu aos presentes que se atenham na questão da Aprovação do parecer do Conselho Fiscal, como determina o Estatuto, aprovando ou não. A filiada Rosinalva, ressaltou que quando o colega não levantou a competência do Conselho Fiscal. Entretanto, afirmou que se recusava a aprovar um parecer sem detalhamento, esclarecendo que

CRTP-PAIME 19/07/12 P-41338 P-9.003/011

[Handwritten signatures]



SISEPE TO

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Trabalhando em defesa do servidor

de acordo com o Presidente da Diretoria Executiva, acrescentando que todos já têm sua opinião formada. Assim, sugeriu que desse andamento à Assembleia. O filiado João Antônio, esclareceu que tem conhecimento de que está na Assembleia para aprovar ou não o parecer do Conselho Fiscal. Afirmou não ser um leigo como colocou o colega. Afirmou que agindo daquela forma o colega estava ignorando sua capacidade de estar participando de uma entidade sindical. O Presidente do Conselho Fiscal informou que todas as sugestões apresentadas irão constar em ata, a fim de que, no ano que vem, serem acatadas. Em seguida, o Presidente do Conselho Fiscal colocou em votação, sendo que 135 votos foram pela aprovação do parecer e 12 votos contra aprovação. Em seguida, afiliada Rosinalva, solicitou que registrasse sua nota de repúdio pelo Presidente do Conselho Fiscal por não ter colocado em votação a sugestão levantada pelo colega de se adiar da Assembleia, mesmo sabendo que seria voto vencido. Sobre outros assuntos de interesse da categoria, não houve comentários ou relatos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrado a sessão, solicitando a mim, **Marcos Roberto Santos**, Diretor-Geral, lavrei a presente ata, discutida e aprovada, que vai assinada por mim, Presidente do Conselho Fiscal e pelo Presidente desta entidade sindical.


Marcos Roberto Santos

Diretor Geral


Petrucio Correia Ferro

Presidente do Conselho Fiscal


Cleiton Lima Pinheiro

Presidente do SISEPE

*CRTDFI-Palmas/TO/2019/01